

GDF quer achar dinheiro sumido

Como as verbas do desemprego até agora não apareceram, governo resolve abrir uma sindicância interna

Ana Júlia Pinheiro
Da equipe do **Correio**

O sumiço do dinheiro destinado às pesquisas sobre desemprego no Distrito Federal acaba de resultar numa sindicância. Há dois dias, o governo do DF não consegue explicar onde estão os R\$ 640 mil que deveriam remunerar as três entidades que pesquisam mensalmente o mercado de trabalho local. Ontem à tarde, Durval Barbosa Rodrigues, presidente da Companhia de Desenvolvimento do Planalto (Codeplan), órgão que deveria ter repassado os R\$ 640 mil às três entidades, anunciou a novidade em entrevista ao telejornal *DF-TV*, da Rede Globo. Rodrigues informou que a idéia da sindicância partiu dele próprio.

A investigação é a terceira tentativa de explicação para o sumiço dos R\$ 640 mil apresentada pelo presidente da Codeplan. Na primeira, através de duas correspondências enviadas ao **Correio Braziliense**, Rodrigues garantiu que as secretarias da Fazenda e do Trabalho não haviam repassado o dinheiro à Codeplan. Diante da negativa dos titulares das duas secretarias, que comprovaram suas afirmações com documentos, Rodrigues reuniu a imprensa e admitiu que o dinheiro fora, sim, repassado à Codeplan. Mas acrescentou que, "por um equívoco", a Codeplan destinara toda a verba para apenas uma das três entidades que pesquisam desemprego — no caso, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL). As outras duas, a Fundação Seade e o Dieese, ficaram sem nada e ainda têm para receber R\$ 111 mil, decorrentes da falta de pagamento ao longo de todo o ano de 1999.

QUATRO PÁGINAS

A explicação, mais uma vez, não convenceu. A Codeplan apresentou ontem um documento, extraído dos arquivos do sistema informatizado do GDF às 12h24 de ontem, em que es-

tão registradas onze remessas de dinheiro ao IEL, no total de R\$ 900 mil. A última remessa, segundo o documento, foi feita em 2 de dezembro de 1999. O problema é que o IEL contesta a informação. E contesta duplamente. Primeiro, informa que, mesmo mesmo somando os valores que chegou a receber da Codeplan nos primeiros sete meses de 1999, a conta não chega a R\$ 900 mil. Segundo, o IEL tem, a seu favor, um importante documento de quatro páginas.

Neste documento, o presidente da Codeplan reconhece que deve R\$ 528 mil ao IEL. Ao final do documento, aparece sua assinatura (*veja fac-símile*). Curiosamente, o documento da admissão de dívida é datado de 6 de dezembro de 1999. A dívida é a seguinte: por que, quatro dias depois de ter feito todos os pagamentos ao IEL, conforme alega, o presidente da Codeplan assinou um documento admitindo dever R\$ 528 mil?

SEM RESPOSTA

O **Correio** formulou essa pergunta ao presidente da Codeplan, num fax enviado à empresa na noite de terça-feira passada. O assessor de imprensa da companhia, jornalista Luis Antunes, disse às 19h de ontem que não havia tomado conhecimento do assunto e pediu que um novo fax fosse enviado. O que foi feito. Até o fechamento desta edição, às 23h, a Codeplan não respondera.

Diante da querela, na qual a Codeplan fala do IEL e o IEL fala da Codeplan, Rodrigues resolveu anunciar ontem a instalação da sindicância interna para investigar o sumiço do dinheiro. As investigações serão presididas pelo chefe de gabinete do governador Joaquim Roriz, Valério Neves Campos. O auxiliar foi indicado para a missão por sua experiência como secretário-adjunto de Fazenda no primeiro governo Roriz. À época, o secretário da Fazenda era Everardo Maciel, atual chefe da Receita Federal.

Paulo de Araújo 1.2.00



O presidente da Codeplan, Barbosa Rodrigues (D), ao lado dos secretários Oliveira e Tartuce: dívida assinada

codeplan
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO N.º 005/97 QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN E O INSTITUTO EUVALDO LODI - IEL/DF.

PROCESSO N.º 121.138.266/97

A COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN, Empresa Pública do Governo do Distrito Federal, sediada no SAIN - Projecão "H" - Brasília - DF, CGC/ME n.º 00.046.060/0001-45, doravante denominada

121.156.00/1999	92.537,53
121.159.565/99	99.465,01
121.160.369/99	528.864,78
TOTAL GERAL	620.867,32

* Despesa referente a prestação de serviços técnico especializados com vistas ao Projeto de Recadastramento da Bolsa Escola.

PELA CONTRATANTE:

DURVAL BARBOSA RODRIGUES
Diretor - Presidente

FRANCISCO ANTÔNIO MORAIS
Diretor Administrativo e Financeiro

DANTON EIFLER NOGUEIRA
Diretor Técnico

"Foi um equívoco"

O presidente da Codeplan, Durval Rodrigues, concedeu entrevista na terça-feira, na Secretaria de Comunicação. Compareceram, além dele, os secretários Valdivino Oliveira (Fazenda) e Wighberto Tartuce (Trabalho) para explicar o sumiço dos R\$ 640 mil. Confira os principais trechos da entrevista:

Correio Braziliense — O que foi feito do dinheiro da pesquisa do desemprego?
Durval Barbosa — Nós gastamos um total de R\$ 900 mil com a pesquisa, mais dinheiro do que aquilo que nos foi repassado. Por um equívoco nosso, repassamos o total para o IEL (Instituto Euvaldo Lodi).
Correio — Por que a Codeplan não pagou o Dieese e a Fundação Seade durante todos os doze meses do ano passado?
Barbosa — O que nós pagamos a mais ao IEL deveria ter sido repassado ao Dieese e à Seade. Por isto, a partir de agora, nós vamos glosar os próximos pagamentos ao IEL. Isto aconteceu porque nós não conhecíamos os termos destes contratos com o Dieese/Seade. Não sabíamos que éramos obrigados a pagar.
Correio — Pelo contrato com o Ministério do Trabalho, a Codeplan tinha prazo até o último dia 28 de janeiro para pagar todas as despesas. Caso contrário, a prestação de contas será considerada irregular. Como é que o governo vai explicar a dívida de doze meses com o Dieese/Seade e o atraso com o IEL?
Barbosa — Não vemos nenhum problema. O problema é que o Dieese é ligado ao movimento sindical e isso acaba ganhando visibilidade.
Correio — Como o senhor só ficou sabendo agora de um contrato que movimentou metade da receita da Codeplan?
Barbosa — Eu pedi um parecer técnico à consultoria jurídica da Secretaria do Trabalho e outro à nossa própria consultoria e só agora fiquei sabendo que era devido este pagamento.